

## **A PRESENÇA DO ESTADO DITATORIAL EM COMUNIDADES RURAIS DO ALTO SERTÃO DA BAHIA: INTERFACES ENTRE POLÍTICA LOCAL E EDUCAÇÃO NAS MEMÓRIAS DE PROFESSORES LEIGOS DE GUANAMBI-BA (1967-1983)**

*Elane Marcia Silva Viana*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB  
elaneviana1987@gmail.com

**Resumo:** Por meio do relato de cinco professores leigos que atuaram na zona rural de Guanambi-BA entre 1967 e 1983, procura-se recompor a memória educativa rural do município durante a ditadura civil-militar. Descreve-se o momento de repressão que o país passava e articulam-se acontecimentos nacionais e locais, portanto são evidenciadas as disputas políticas que vigoravam na cidade e de que modo os professores leigos se “colocavam” diante delas. Ademais, reflete-se sobre as condições cotidianas de ensino/aprendizagem vivenciadas pelos professores leigos.

**Palavras-chave:** : Professores leigos; Memória; Política local

### **Introdução**

O conceito de memória coletiva é extremamente relevante para a compreensão da construção deste texto, uma vez que por meio das memórias de diferentes “atores históricos”, professores leigos que atuaram na roça, procura-se recompor a memória educativa da zona rural de Guanambi-BA durante a ditadura civil-militar. Consoante com Halbwachs,

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá que se distingam materialmente de nós: porque teremos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, p. 26, 2006)

Logo, a memória de cada professor leigo aqui explicitada se conecta com outras memórias, tanto com as memórias de seus colegas de ofício quanto com as memórias de outros que eles carregam consigo.

Os sujeitos desta pesquisa são cinco professores leigos, um homem e quatro mulheres, que trabalharam em diversas comunidades rurais de Guanambi-Ba. São eles:

- Professora Vanda - (66 anos), tem o primário completo, exerceu a função docente durante 26 anos e trabalhou nas comunidades rurais de Sítio Novo e Baú.
- Professor Sérgio – (63 anos), ficou 37 anos em sala de aula (sendo 30 anos como leigo e os últimos sete anos com o magistério completo), trabalhou em diversas comunidades próximas ao distrito de Mutãns: Gamileira, Lajedão, Queimadas, Tabuinha do Sul e Tabuinha do Norte.
- Professora Nalva –(64 anos), exerceu a docência por 10 anos, tem o ginásio completo e trabalhos nas comunidades rurais de Batateira e Olho d’ água.
- Professora Lita – (64 anos), foi professora regente por 12 anos, sua escolaridade é o primário completo e trabalhou no distrito de Morrinho.
- Professora Lurdes - 62 anos), trabalhou como professora regente por 25 anos, tem o ginásio completo e exerceu a docência no distrito de Morrinhos.

Por conseguinte, é por meio dos testemunhos desses professores que se discorre sobre a presença do Estado ditatorial em comunidades rurais do Alto Sertão da Bahia, com ênfase para as interfaces entre a política local e a educação.

### **O cenário político estabelecido em Guanambi-BA: as relações de clientelismo impostas pela política local**

Observar a engrenagem do poder constituído na esfera do estado é valioso para a compreensão da administração pública que será conferida no município baiano de Guanambi. Percebe-se que os tentáculos do poder estadual alcançam o Alto Sertão da Bahia e reproduz a mesma estrutura de governabilidade: grupos políticos que aparentemente possuem desigualdades, porém que são organicamente semelhantes; a presença de um partido dominante (ARENA) e a representação de figuras políticas carismáticas e, supostamente, benfeitoras, que se alimentam de seus “currais” eleitorais constituídos, principalmente, na zona rural do município. Portanto, pensar a História política de Guanambi torna-se plausível por que a partir dela pode-se constituir as

interligações entre o local e o nacional, averiguando sobre como uma esfera maior de poder se sustentou por meio de suas conexões com as regiões mais remotas do país.

Com a publicação do ato institucional nº II em 1965, o presidente da república Castello Branco extinguiu os partidos políticos existentes no país, cancelou seus respectivos registros e, ainda, proclamou a lei nº 4.740 de 15 de julho de 1965 que designava a organização dos partidos políticos que seriam criados a partir de então. (BRASIL, 1965) O pluripartidarismo foi desfacelado no país e começou a vigorar o bipartidarismo por meio de duas legendas: Aliança Renovadora Nacional - ARENA e Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Desse modo, o ARENA configurou-se como o partido da situação, apoiador do governo, e o MDB como uma suposta oposição. O bipartidarismo cumpriu o objetivo de fortalecer o poder executivo (com a criação de uma legenda de apoio irrestrito ao governo - ARENA) e, também, proporcionou uma imagem de relativa legalidade ao regime civil-militar.

O bipartidarismo despontava como a solução ideal para que o governo alcançasse uma maioria parlamentar consistente e durável, assim como, para que se impedisse a volta dos antigos partidos – principalmente o PSD e o PTB. Isto fica límpido no discurso do político baiano Juracy Magalhães:

(...) houve uma conveniência política. Se continuassem vivos o PSD e o PTB... Esses dois partidos juntos ganhariam sempre as eleições... como político pragmático que sempre fui, cheguei à conclusão de que, para que a Revolução pudesse ter uma possibilidade de vitória eleitoral, ela precisava partir de uma coisa inteiramente nova. Se deixasse os partidos antigos com suas vinculações, a “entente” PSD e PTB continuaria, e a UDN sempre perderia. (apud KINZO, p. 28, 1988)

Entretanto, distintos problemas surgiram na composição da ARENA e do MDB. Na ARENA, por exemplo, era muito complexo vincular em uma só legenda componentes dos antigos partidos conservadores (UDN e PSD), em virtude das lutas regionais que separavam os líderes dos dois agrupamentos. Essa realidade pode ser facilmente verificada na História política de Guanambi: primeiro é necessário dizer que no município não houve registro do MDB local, ou seja, a governabilidade local sempre esteve alinhada à administração estadual e ao governo civil-militar; e depois, observa-se que dentro do ARENA guanambiense haviam dois grupos (conhecidos

popularmente de jacus e carcarás ou partidariamente de ARENA 1 e ARENA 2), assim as eleições para prefeito do município, no final da década de 1960 e década de 1970, ora possuía candidato único, ora tinha dois candidatos da ARENA. (TEIXEIRA, 1991)

Como nessa pesquisa optou-se pelo recorte temporal de 1967 a 1983, utilizou-se como norteamento para a escrita as administrações dos prefeitos que ficaram no executivo local no período abrangido. Evidencia-se que em dezesseis anos, três homens se sucederam no poder municipal e, que estes, possuíam interesses e tendências políticas extremamente semelhantes mesmo havendo superficialmente uma intensa rivalidade eleitoral. Portanto, entre 1967 e 1983, os gestores do município de Guanambi-Ba foram:

- Jonas Rodrigues – 1967 a 1971, 1973 a 1977;
- José Humberto Nunes – 1971 a 1973;
- José Neves Teixeira – 1977 a 1983.

Durante esses dezesseis anos, compreende-se que o médico José Humberto Nunes foi o grande líder e articulador político municipal. Este foi herdeiro de um grupo político que comandava a gestão municipal desde 1952. Os memorialistas da cidade são exímios em retratá-lo como grande benfeitor, entretanto observa-se o atrelamento deste político com práticas coronelistas e contrárias à democracia.

Cabe aqui, então, discutir a categoria: clientelismo, haja vista que esta nomenclatura é utilizada para sugerir uma forma de relação entre atores políticos que abarca o consentimento de benefícios, tais como: empregos, abonos fiscais, isenções, em troca de apoio, principalmente, na forma de voto.

Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações de troca de natureza clientelística. Mas de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo. Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. (CARVALHO, p. 02, 1997)

Assim, afirma-se que relações clientelistas são verificadas no município de Guanambi-BA no período pesquisado. Haja vista que é perceptível a subserviência dos políticos locais para

com os políticos situacionistas estaduais e federais, reforçando uma rede de aliança e sustentação destes indivíduos no poder. Os políticos municipais por sua vez, desenvolviam as suas próprias circunstâncias clientelistas. E nesse contexto, vislumbra o professor leigo como a “clientela” dos políticos guanambienses. Afinal, o emprego público era concedido aos educadores por intermédio dos contatos e concessões estabelecidas com quem governava o município.

Foi José Humberto Nunes um dos fundadores da legenda ARENA no município, em 1966. E este grupo político se manteve no poder, subserviente ao governo estadual, sem oposição alguma na cidade, até 1974. A falta de adversários políticos evidencia-se por meio das sucessivas eleições, ocorridas no período, com apenas um candidato. Conseqüentemente, José Humberto Nunes indicou o candidato único a prefeito, em 1966, Jonas Rodrigues. Este foi eleito para o seu primeiro mandato como prefeito (1967-1971). No ano de 1970, José Humberto estabeleceu-se, como candidato único, nas eleições daquele ano e elegeu-se prefeito do município. Em 1973 Jonas regressa a gestão municipal, a partir de uma eleição, também, com apenas um candidato. Sobre sucessão do poder municipal em Guanambi nessa época, uma professora leiga menciona que:

Na política era assim: era de Jonas para Zé Humberto, de Zé Humberto para Jonas. Eles não davam assistência não, só em época de eleição. Os privilegiados eram bem poucos. Os pobres só sabiam dá o voto e nem sabiam de nada. E nem chegava nada pra pobre. Ninguém podia estudar, ninguém podia fazer nada. Nem a farda ao menos podia comprar. Vivia só daquela pobreza, de roça... Não tinha outro apelo, era só roça mesmo.  
(Professora Leiga Lurdes – Morrinhos)

Essa situação, de ter apenas um único grupo político na cidade, se modificou a partir de 1974. Nesse ano houve eleição para deputados federais e estaduais, e Guanambi-BA sempre tem tradição em possuir representantes no legislativo. Entretanto, neste ano, o grupo político de José Humberto Nunes (ARENA 1) enfrentaria uma oposição ferrenha de uma nova coligação política que se formara no município e que teria sobrevida por muitos anos. Esta coligação surgiu com a nomenclatura ARENA 2 e era encabeçada pelos políticos José Neves Teixeira e Nilo Moraes Coelho. Percebe-se que a raiz dos dois grupos é a mesma: a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, porém a legislação vigente permitia que a ARENA possuísse dois ou mais grupos políticos em uma mesma localidade. (TEIXEIRA, 1991) Desse modo, o grupo liderado por José

Humberto Nunes e pelo então prefeito Jonas Rodrigues – ARENA 1 – apoiava para deputado federal seus candidatos tradicionais Manoel Novaes e Odolfo Domingues e para deputado estadual o professor Vilobaldo Freitas. Já o novo grupo político – ARENA 2 – apoiou para deputado federal Prisco Viana e para deputado estadual lançou o nome de Epaminondas Rocha, que disputava seu primeiro mandato com o apoio de Guanambi e municípios do Vale do Iuiu e cidades circunvizinhas.

Prezado eleitor,

Mais uma vez venho solicitar ao Amigo seu valoroso apoio a minha candidatura à Prefeitura desse Município.

Estimulada pela confiança que me foi demonstrada em eleições anteriores e atendendo a apelos de amigos e do povo em geral, candidatei-me a uma terceira investidura no cargo de executivo municipal.

Venho animado dos melhores propósitos de servir bem a este Município e aos seus habitantes. A minha conduta, já demonstrada em dois quadriênios, não será modificada. Procurarei dar solução aos problemas básicos da Municipalidade, dedicando o máximo da minha atenção na ajuda às classes menos favorecidas. Assim, peço o seu comparecimento às urnas no próximo dia 15 de novembro, honrando-me com sua preferência e votando igualmente no nome do prof. Vilobaldo Freitas para deputado estadual.

Guanambi, 16 de outubro de 1970.

José Humberto Nunes

**(Carta datilografada do prefeito eleito José Humberto Nunes pedindo voto para o candidato a deputado estadual Vilobaldo Freitas em 1970)**

Do novo grupo político pertenciam, quase que majoritariamente, a nova classe econômica que despontava na região como os agricultores de algodão, os pecuaristas, os proprietários das usinas que beneficiavam o algodão e alguns comerciantes da cidade. Estas pessoas se organizaram politicamente em virtude da nova estrutura social que se edificava em Guanambi e região, resultante da produtividade gerada pela lavoura do algodão. Assim, durante a década de 1970, Guanambi localizava-se no centro de uma região de produção algodoeira, e aqueles que tinham ascendido economicamente queriam maior participação política. É nesse contexto, que surge o ARENA 2 e começa a aparecer o político Nilo Augusto Moraes Coelho que viria dominar a região nas décadas seguintes.

Com mais recursos, logicamente, o novo grupo político tinha possibilidade organizar grandes comícios e carreatas com diversos automóveis e caminhões, não só de Guanambi como

toda em região do Vale do Iuiu. E em comunidades rurais a escola funcionava não apenas como lugar educativo, era ela também, o local de reuniões políticas. Portanto, em período de eleição, os candidatos valiam-se desse espaço para poder aglutinar pessoas e proferir as suas propostas.

Quando eu fazia a festa nas escolas, os políticos pareciam tudo. E lá tinha palanque... Eu convidava,fa secretária do município, prefeito, vereador, o povo tudo pra lá. Você tá entendendo? E lá todo mundo subia no palanque, cada um queria dá sua entrevista, seu discurso e acontecia. Era uma coisa muito bem organizada, eu fazia organizado. (Professor Leigo Sérgio - diversas comunidades da região de Mutans)

Alguns políticos vinham aqui em tempo de festa, sempre vinham... Não precisava nem convidar, eles aproveitavam a oportunidade e vinham. Eles pediam o apoio da gente, e nós os apoiava. (Professora Leiga Lurdes – Morrinhos)

Esse momento, segundo relato dos professores leigos, era utilizado para pedir alguma coisa da qual eles necessitavam para a escola ou para a comunidade. Assim como, os políticos locais valiam-se do prestígio dos educadores junto à comunidade local para os utilizarem como “cabos eleitorais”. Observa-se, então, a intensa troca de favores que havia neste meio. Alguns professores assumiam o discurso do político, pois acreditavam nos supostos benefícios que estes lhe traziam. No relato a seguir é perceptível a crença do professor leigo em uma ideologia hegemônica, bem como a clareza quanto a sua influência sobre o voto da comunidade.

Olha a influência minha era muito grande em relação ao voto das pessoas. Eu vou explicar isso daí... Esses políticos toda vida pra mim, foi pessoas boas, aquilo que agente necessitava, eles ajudava. Eu fazia pedidos e era atendido, as vezes alguma necessidade da escola, alguma necessidades na comunidade, alguma necessidade na associação... sempre a gente era atendido. (Professor Leigo Sérgio - diversas comunidades da região de Mutans)

Em contrapartida, verifica-se que não havia tanta ingenuidade por parte dos professores leigos. Eles concediam o seu apoio, não porque estavam movidos pela crença nas boas intenções dos políticos locais. Apoiar o político para eles significava lutar pela sobrevivência, assegurar seus empregos.

A gente indicava eles para as pessoas votarem, o pessoal da família da gente. Eu indicava as pessoas pra votar neles. Nós nunca achamos nada, eu mesma, graças à Deus, nunca precisei. Mas negócio assim de ganhar pra ir fazer campanha, nós nunca ganhamos não. A gente sofria muita perseguição também. (Professora Leiga Lurdes- Morrinhos)

Era ativo o envolvimento dos professores leigos com a política local, já que eles participavam de movimentos políticos com assiduidade. Esta ligação era resultante não apenas do medo de perder o emprego (uma vez que este tinha sido “concedido”, na maioria dos casos, por um político local) como também, este vínculo estava ancorado em relações familiares e tradições.

O povo de Morrinhos tinha uma relação de muita amizade com os políticos da época. O meu avô materno mesmo era tão amigo de doutor Fernandes, o “movimento” era lá na casa do meu avô no Barro Vermelho. Os políticos vinham pra lá. Tinha muita amizade, fazia festas... eles aproveitavam para fazer as “políticas” deles, as politicagens, os comícios... (Professora Leiga Lita - distrito de Morrinhos)

Todavia, alguns professores percebiam o “jogo” de interesses exercido pelos políticos locais e são críticos ao avaliar a suas próprias condutas naquela temporalidade.

O povo era encabrestado, minha fia. Se o conhecido pedia, já ficava no cabresto, votando naquela pessoa. E puxando bem o saco... Nós mesmos éramos uns puxa saco doido. A troco de que, eu não sei. (Professora Leiga Lurdes – distrito de Morrinhos)

Ficam claras as relações de clientelismo presentes nessa fala. “Puxava-se o saco” em troca de algum benefício que os políticos locais poderiam oferecer: um emprego, exames médicos, ajuda financeira e outros. Analisa-se, então, a estrutura política mantida em Guanambi: o poder nas mãos de poucos, que se esforçavam para manter uma ordem social hegemônica (alinhadas às práticas políticas estaduais e nacionais) e, sobretudo, a falta de condições materiais de existência para grande parte da população. Consequentemente, as raízes do mandonismo e do clientelismo estão fincadas na História do município.

A partir de 1974, a disputa política se acirra em Guanambi por meio dos grupos políticos já mencionados (ARENA 1 e ARENA 2). Para as novas eleições municipais em 1976, o então governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, comandante da executiva estadual da ARENA, instituiu como regra para outorgar a sublegenda nos municípios: autorização dos deputados que conseguiram a votação de 10% ou mais nas eleições de 1970. Estes deputados deveriam assinar uma carta autorizando a criação da sublegenda. De tal modo,

Em março de 1973, a nova liderança política de Guanambi formou uma comissão que foi composta por Almir Moraes, Sidnei Primo e outros políticos, que deslocaram para Brasília, com a missão de obter carta de autorização para a criação da sublegenda.

Procuraram o deputado Prisco Viana, que naquela época era membro da executiva nacional e um dos secretários desse partido, que tinha como função organizar e incentivar criações de novas sublegendas do partido em todo o Brasil, e principalmente na Bahia. O deputado Prisco Viana assinou a carta autorizando a criação da sublegenda ARENA 2, em Guanambi. Com este ato, naquele momento, historicamente, estava mudando o rumo da política em Guanambi. Retornava aquela comitiva com a tão sonhada carta de autorização para o ARENA 2, em Guanambi. Oportunidade aguardada por muitos anos, pois este novo grupo político não tinha avocação para a filiação no MDB, que era o partido de oposição naquela época. (Relato concedido pelo guanambiense José Bonifácio Teixeira – articulador político da cidade)

Consequentemente, em 1976 sagrou-se vencedor no pleito eleitoral, o candidato da ARENA 2, o político José Neves Teixeira (conhecido popularmente por Binha Teixeira). Sendo esta a primeira disputa eleitoral com dois candidatos em mais de dez anos. No entanto, começava, neste período, um tempo de incertezas para a maioria dos professores leigos entrevistados. Como o emprego de educador em comunidades rurais era concedido por algum político local, todos ficaram receosos de perder a função com o ingresso de um novo grupo político no poder municipal. Isto porque grande parte dos professores leigos foi contratada na gestão do prefeito Jonas Rodrigues, adversário político de Binha Teixeira. Logo, são descritos momentos de perseguição com a mudança na gestão municipal.

Eu quando era professora leiga, eu fui perseguida pelo prefeito que era contra seu Jonas, contra o doutor Zé Humberto... Eu fui perseguida por pessoas aqui, por cabos eleitoral deles aqui que me perseguiu muito. Jonas era a favor de doutor Zé Humberto e a disputa era Binha Teixeira contra doutor Zé Humberto naquele tempo. E eu era eleitora de Zé Humberto, meu pai toda vida foi. Eu não podia nem sair na porta da casa do meu pai que eles estavam lá na outra rua apontando e falando: “O peito vai secar”, queriam dizer que a prefeitura era o meu peito e que vivia mamando. Mas pobre de mim trabalhava igual uma louca. Gritavam de lá: “É pra botar pra fora”. (Professora Leiga Lita- distrito de Morrinhos)

O enalço aos professores não ficava apenas nas ofensas verbais, muitos perderam o emprego em virtude de suas preferências partidárias.

Quando Binha ganhou, eles queriam me colocar pra fora do ensino. Não colocou porque naquele tempo já tinha a lei da estabilidade, e eu, já tinha dez anos de serviço. Mas minha irmã eles tiraram. Minha irmã, se ela quis ensinar, ela teve que ensinar no município de Caetité. Tirou minha irmã, tirou um bocado das minhas colegas. (Professora Leiga Lita - distrito de Morrinhos)

Portanto, estabeleceu-se o silêncio entre os professores leigos em virtude do medo de sofrerem represálias.

Doido era quem falasse contra o prefeito, mesmo que tinha vontade de falar ficava com medo. Você sabe o pobre tem medo. Perder o emprego, perseguição... Tudo isso a gente tinha medo. Nem tanto por emprego, a gente era aqui da roça era acostumado a trabalhar, mas era a perseguição. (Professora Leiga Lurdes – distrito de Morrinhos)

Logo, era “natural” para as pessoas do meio pesquisado conviver com esse “jogo de interesses” permanente na política local. A ausência de uma estrutura organizativa de classe ou comunitária, devido à repressão do período e as formas de clientelismo, eram condições que limitavam uma visão mais alargada e de conjunto da realidade, muito próximo do que Konder (2003) afirma acerca da compreensão dos indivíduos da realidade imediata quando da ausência de mediações que vão além do cotidiano. Segundo o autor: “a representação das coisas e dos seres é muito frequentemente analógica, e seus juízos, provisórios, se prestam a generalizações abusivas”. (KONDER, p. 239-240, 2003) Cabe, todavia, o lembrete: nem tudo na consciência cotidiana é alienado, nem tudo é ideologicamente desvirtuado.

É nesse contexto repleto de relações clientelares, de dependência e troca de favores, que se constituiu a docência do professor leigo. A fim de que estes ingressassem no funcionalismo público e se mantivessem nele, fazia-se necessário agir de acordo com aquilo que o poder municipal ordenava. Logo, estes docentes atuavam como reprodutores de um discurso hegemônico que foi, muitas vezes, reforçado através dos cursos de capacitação que eles participavam.

### **Condições cotidianas de ensino/aprendizagem vivenciadas pelos professores leigos**

Nesse contexto, faz-se necessário observar que aquilo que era vivenciado diariamente pelos educadores ouvidos nesta pesquisa era consequência da estrutura política existente no Brasil. Fica evidente o reflexo da disputa de poder na realidade cotidiana de milhões de brasileiros. Para tanto, se valerá das memórias evocadas pelos professores leigos em relação à estrutura material e imaterial que dispunham para exercerem seu ofício.

Enfatiza-se que mesmo apresentando algumas diferenças, as semelhanças prevalecem nas “falas” dos docentes ouvidos. Muitos professores leigos iniciaram o ofício de professor ainda adolescente, possuindo idades próximas de seus alunos. Conforme o relatado,

Eu comecei a trabalhar lá por 1967, eu tinha quinze anos. Ninguém sabia quem era maior... eu tinha aluno maior que eu... mais velho que eu. Eu me lembro que com dezessete anos, eu estava na Batateira. Por acaso assim, eu me lembro. (Professora Leiga Nalva- Batateira e Olho d'água).

No município de Guanambi não era comum encontrar professores leigos atuando na zona urbana. Geralmente quem ficava na cidade eram professores formados, a roça era destinada àqueles sem escolarização completa.

Aquelas professoras que se formavam aqui na cidade, não queriam se deslocar para a roça. Elas achavam colocação aqui em Guanambi, não precisavam de faculdade, não precisavam de concurso (acho que se tivesse um concurso era um concursinho fuleiro por ali) e já pulava pra dentro do colégio. Os recém-formados tinha vaga na cidade. E quem é que queria ir pra roça? Quem ia para a roça era exatamente os leigos porque não tinha sustento, ganho nenhum na roça. E agente vinha ganhar qualquer tanto que oferecesse, não me lembro quanto a gente ganhava na época... mas era qualquer coisinha. Nessa época não tem leigo nenhum na cidade. (Professora Leiga Nalva - Batateira e Olho d'água).

A professora Nalva foi esclarecedora em seu relato acerca dos locais de trabalho que eram concedidos aos leigos. Primeiramente, é preciso afirmar que o primeiro concurso público do município de Guanambi para preencher vagas de professores data do ano de 1989. Assim, antes deste certame, todos os empregos de professores eram concedidos a partir de alguma intervenção política. Sendo que aqueles profissionais que possuísem uma melhor escolaridade ficavam na sede do município, em escolas com melhor estrutura. Já aqueles que não tinham formação necessária para o exercício do magistério, ou seja, os leigos; iam para as comunidades rurais sem aparato material e técnico algum.

Era comum no meio rural, o professor adaptar sua própria residência como escola. Muitas crianças foram alfabetizadas na roça utilizando a sala da casa do professor como sala de aula. Logo, o mobiliário escolar era arranjado, pois não existia o mínimo que caracteriza uma escola: quadro adequado e carteiras para o uso das crianças.

No Sítio Novo era a casa da minha mãe e lá no Baú, primeiro foi a minha casa de casada, depois foi construída uma sala. Lá no Sítio Novo a gente usava a sala de casa, pegava bancos e mesas... Tinha um quadro assim... (Professora Leiga Vanda – Sítio Novo e Baú)

Ensinava na salinha ali na casa do meu pai na parte da tarde. Era um bloco de um lado, alvenaria no outro... Tinha uma tábua assim para os meninos sentarem. E na hora de escrever, meus meninos ajoelhavam no chão e colocavam o caderninho nessa tábua. Lá no prédio tinha as carteiras, mas nessa salinha que eu tô lhe falando que eu ensinava a tarde não tinha. (Professora Leiga Lita – Morrinhos)

Com o passar do tempo, esse cenário foi sendo modificado em algumas localidades rurais. As residências dos professores foram substituídas após a construção de “salas” destinadas ao ensino. Essas “salas” eram compostas de um cômodo único, sem banheiro ou cantina para o uso da comunidade escolar. Era apenas o lugar onde aconteciam as atividades pedagógicas junto às crianças. Observa-se então, que o professor leigo driblava estas adversidades da maneira que podia, entretanto a realidade da educação oferecida no campo estava bem longínqua do projeto grandioso de escolarização configurado pelo governo civil-militar.

O trabalho do professor leigo não se restringia a sua função de docente. Em escolas isoladas no meio da roça, o professor era o único profissional disponível. Percebe-se que este ser desempenhava uma multiplicidade de atividades, já que além de planejar e executar a aula, ele também, tinha que cuidar da merenda e da faxina da escola.

O quê que era na época? A gente era professor e merendeira, porque tinha que preparar a merenda pra dá pras crianças na sala. Limpar a sala, tudo passava pelas minhas mãos. Na minha área, tinha a minha esposa que tomava conta da merenda. Ela fazia a merenda sem ganhar nada. Só que na sala de aula era nós mesmos que tomava conta de fazer limpeza. (Professor Leigo Sérgio - diversas comunidades adjacentes ao distrito de Mutãs)

Os relatos dos professores leigos também expressam o auxílio da comunidade local no desempenho de suas atividades. Assim sendo, o professor contava, também, com a ajuda das famílias e dos próprios alunos para realizar tarefas como a limpeza da escola.

Além do da multiplicidade de funções que o docente deveria exercer, outro entrave que estava presente em sua prática cotidiana era a multisseriação presente entre os seus alunos. As classes multisseriadas expõem como particularidade básica a heterogeneidade definida pela

diversidade dos sujeitos que são acolhidos nelas. Assim, é perceptível as distinções entre os educandos quanto ao ano/série, ao sexo, à idade, ao domínio de conhecimento e interesses.

Segundo Hage (2010), entre as distintas circunstâncias que envolvem o ensino e a aprendizagem nas classes multisseriadas, sobressaem-se: a incerteza das condições existenciais das escolas multisseriadas; a sobrecarga de trabalho dos professores e insegurança no emprego; as aflições ligadas à disposição do trabalho pedagógico; currículo distante da realidade da cultura, do trabalho e da vivência do campo; o insucesso escolar e a discrepância idade-série são elevados em face da pouca aplicação escolar e das atividades de trabalho infanto-juvenil; problemas pautados à participação da família e da comunidade na escola; a inexistência de acompanhamento pedagógico das Secretarias de Educação (HAGE, p.26-30, 2010).

Gonçalves (p. 49, 2010), expressa que “as classes multisseriadas constituem-se no espaço onde a maioria das pessoas que vivem/viveram nas áreas rurais brasileiras iniciaram suas experiências escolares. Para alguns foi a única”. Logo, apesar das problemáticas agregadas a essa maneira de organização da escola, não se pode recusar a sua importância política e pedagógica para a educação no espaço rural. Contudo, é corriqueiro identificar às Classes Multisseriadas por suas desvantagens e pelo ensino de qualidade inferior, confrontada ao ensino nas classes seriadas.

As idades dos educandos variavam desde crianças em fase de alfabetização a até adolescentes que já estavam cursando a 4ª série primária. Em geral, estes professores leigos tinham como público estudantes que iam dos sete aos quatorze anos de idade. Nota-se que a maneira como se lidava com a multisseriação modificava de professor para professor, cada um procurava encontrar o seu método e ritmo de ensino.

A gente ensinava da primeira a quarta série. Então, era assim uma atividade que você tinha que planejar uma aula pra pré e primeira série... Porque tinha aluno pequeno e aluno de seis, sete anos... Você tinha que dar atividade pra essa turma de pré e primeira série, e de segunda até terceira série, porque a quarta série a gente sempre dava aula... um assunto mais avançado... Você está entendendo? Não podia dá um assunto assim... tudo misturado. Era assim: dentro da minha sala, a hora que eu começava ensinar... eu não deixava ninguém parado pra não criar problema. Então, para cada turma eu tinha uma atividade. Tinha vez que tinha 40 alunos na sala. (Professor Leigo Sérgio- diversas comunidades adjacentes ao distrito de Mutás)

Organizar a turma multisseriada era muito difícil. Dava a tarefa pra um, deixava fazendo aquela tarefa... ia cuidar do outro grupo lá. Se os meninos fossem comportados tudo bem, se não fossem já ficava complicado. Dividia em grupos. Enquanto aquele grupo tava fazendo, eu ia orientar o outro lá nas carteiras dele. Como se fosse um “trabalhinho” de grupo. Não era fácil. (Professora Leiga Lita -Morrinhos)

O professor leigo exercia um trabalho profundamente solitário, pois ele não tinha com quem contar: quer seja o poder público, ou outro funcionário que compartilhava com ele da rotina de trabalho. Havia uma completa escassez de recursos didáticos, até mesmo o básico. Como os alunos eram provenientes de famílias empobrecidas, muitas vezes faltavam cadernos e lápis para as crianças usarem. A descrição da professora leiga Nalva sobre a forma como viviam seus alunos e quais eram as condições materiais que estes possuíam para ter acesso à educação é assombrosa.

Tinha crianças na idade mais nova. Lá tinha criança que não sabia a idade, os pais nem sabiam também. Era nessa faixa de sete até a minha idade na época, quatorze... Quinze anos também. Agora, era assim de uma pobreza total. Não tinha farda, não tinha material. O pai comprava um caderninho, o ABC que naquele tempo você fura o papel, tapa, e pergunta que letra é essa. Escrevia no quadro e mostrava no quadro. O quadro a gente que fazia de compensado. Parece que foi até no curso que a gente aprendeu a usar o compensado como quadro. E parece que a prefeitura fornecia o giz. Não tinha livro nenhum. A gente dava aula pelo que era, pelo que tinha... (Professora Leiga Nalva - Batateira e Olho d'água)

Observa-se que o meio em que este professor leigo exercia o seu ofício era de uma pobreza extrema e encontrava-se abandonado pelo poder público. Assim, restava ao educador improvisar meios que possibilitassem ao aluno o mínimo de conhecimento formal.

Livros didáticos eram inexistentes ou poucos comuns nas escolas rurais de Guanambi-BA. Quando havia algum disponível, os próprios professores tinham que ir até a prefeitura buscá-los.

Era a gente que ia atrás, o livro tava na Secretaria de Educação, mas o que acontecia era que a gente tinha que vir pegar. Por que se a gente não viesse, lá não ia. Sempre tinha apoio da Secretaria, mas às vezes, não sei o que acontecia, não tava disponível. O município de Guanambi é muito grande, as escolas naquela época era muita na zona rural, talvez não tinha administração para levar esse material diretamente até as escolas.(Professor Leigo Sérgio - diversas comunidades adjacentes ao distrito de Mutãs)

O interessante nesse relato do professor leigo Sérgio é que mesmo ele sabendo da ineficiência do poder público e, ainda, possuindo o conhecimento de que o livro didático é um direito dos educandos, ele tenta justificar a dificuldade de acesso ao material didático. Portanto,

reflete-se sobre até que ponto estes professores se encontravam influenciados por uma ideologia hegemônica de defesa do Estado.

Não havia unidade quanto à didática de ensino dos professores leigos. Como cada um deles tinha grau de conhecimento formal diferenciados, isto se refletia na sua prática docente. Acredita-se que os professores leigos valiam-se de um “tecnicismo intuitivo” direcionado para a alfabetização dos educandos: tornando os aptos na decodificação das letras e no conhecimento das quatro principais operações matemáticas.

Seguia o Abc, depois ia para o b-a-ba... as primeiras páginas da cartilha, e depois você vai fazer leitura, e depois você vai fazer cópia, depois você vai fazer ditado, depois você vai fazer continhas, e continhas das quatro operações e vai aumentando o número e vai aumentando as parcelas... e era isso mesmo. De um ano pro outro eu avaliava quem é que tinha condições de passar através de provinhas. E aí, eu já diferenciava um pouco esse... um pouco o outro. As tarefinhas eu passava pra dentro da sala mesmo porque em casa eles não faziam nada. Ai eu passava uma parte pra os mais elevados e passava o mais fácil para os outros. Os que ainda tava mais atrasado ficava na cópia, o outro já partia pro ditado... e era assim. Eu trabalhava só pela manhã. O planejamento de aula...era cada dia você ensinava lá o que achava que deveria dá. (Professora Leiga Nalva - Batateira e Olho d'água)

É notório que a metodologia de ensino se restringia à proposição de atividades que os discentes tinham que realizar. E o grau de dificuldade presente em cada tarefa revelava o nível de aprendizagem que este aluno se encontrava. Importante atentar a última frase da professora Nalva “(...) era cada dia você ensinava lá o que achava que deveria dá”; conseqüentemente, buscando evitar generalizações, parece que não havia um planejamento sistematizado sobre o que deveria ser o conteúdo da aula. Logo, as imposições cotidianas, evidenciadas na forma da inexistência de condições materiais e pedagógicas, direcionavam a docência dos professores leigos.

Essas informações propõe a ponderação sobre o tipo de educação que era garantida para as classes subalternas, em especial às gerações de trabalhadores e trabalhadoras no campo. Nessas comunidades rurais do município de Guanambi-BA, predominava, e ainda predomina, a economia de subsistência, sendo que o pouco excedente da safra era vendido na feira livre da cidade. Evidencia-se que quem morava no campo eram agricultores pobres com poucos recursos, e, sobretudo, com pouquíssima escolaridade. Como não havia reivindicações pelos seus direitos, e muito menos uma consciência política acerca deles, a educação que era oferecida às crianças

agricultoras era de baixíssima qualidade. Porém, isso não significa que a escolarização vislumbrada na zona urbana era excelente, apenas possuía uma infraestrutura melhor. Afinal, era no campo que havia a multisseriação, as escolas com local inapropriado, a inexistência de recursos didáticos e, principalmente, a figura central desta pesquisa: o professor leigo.

## Considerações

Um dos aspectos importantes desta pesquisa é evidenciar indivíduos pouco enfatizados pela História da educação. Colocou-se os professores leigos como sujeitos históricos em um período relevante para a educação brasileira – a ditadura civil-militar – demonstrando quais foram os impactos que as mudanças ocorridas neste período implicaram nas trajetórias destes docentes. Caminhou-se na direção de apreciar os aspectos importantes da trajetória docente dos cinco professores analisados, desde o seu início na docência em escolas rurais, indo ao encontro de informações que demonstrassem o desenvolvimento do processo de formação profissional, bem como a participação na comunidade rural como figura atuante e influente naquele espaço.

Através dos relatos de experiências e perspectivas dos professores abriu-se a possibilidade de entender a edificação do processo formador de cada um dos educadores. Para, além disso, compreendeu-se que o ofício educativo dos professores leigos não estava isolado das práticas educativas vislumbradas em uma esfera maior de poder. Em síntese, o exercício de explorar as memórias dos educadores leigos e entrar em contato com a sua subjetividade fornece vestígios de que muitos outros estudos podem ser realizados futuramente. Reforça-se, então, aquilo que é tratado como um clichê, mas que carrega uma grande verdade: é preciso conhecer o passado para compreender o presente e pensar o futuro.

## Referências

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados [online].1997, vol.40, n.2, pp. ISSN 0011-5258.<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. Programa Escola Ativa: um pacote educacional ou uma possibilidade para a Escola do Campo? In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). Escola de direito: reinventando as classes multisseriadas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). Escola de direito: reinventando as classes multisseriadas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

KINZO, M.D.G. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945- 1978. O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KONDER, Leandro. A Questão da Ideologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TEIXEIRA, Domingos Antônio. Respingos Históricos. Salvador: Editora arembepe, 1991.